



**Gabinete do Senador Weverton**

**EMENDA Nº - CCJ**

**(à PEC nº 32, de 2022)**

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para permitir a implementação do Programa Bolsa Família e definir regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

Inclua o Inciso III no § 6º-A inserido no Art. 107 do O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias alterado pelo Art. 1º da Pec 32/2022.

Art. 1º .....

"Art. 107. ....

§ 6º-A.....

I - .....

II - .....

III - despesas com pagamento de aposentadorias, pensões e benefícios sociais do Regime Geral de Previdência Social cujo período de requisição e direito tenha sido feito até dezembro de 2022, assim como as aposentadorias, pensões e benefícios sociais atrasadas ou em questionamento dos exercícios anteriores a 2023.

§ 6º-B.....

.....”(NR)

**Justificativa**

Atualmente, o governo está represando milhões de processos de concessão de pensões e aposentadorias junto ao INSS. Fala-se até em falta de recursos para pagar as aposentadorias de dezembro de 2022.

A Regularização da situação vai inserir grande despesa obrigatória à União, que deveria estar já sendo paga nos seus exercícios respectivos.

Assim, com a intenção de manter as despesas por período de obrigação, sem trazer dificuldade orçamentária para o novo Governo, colocada em muito pela inércia da administração atual, que propomos o apoio dos Nobres Pares na votação dessa Emenda.

